



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

O PESO DA JORNADA: CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES(AS) INICIANTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Karla Aparecida de Ataíde Ravaneli

UNESP

karla.ataide@unesp.br

Maria José da Silva Fernandes

UNESP

Bolsista PQ-CNPq

mj.fernandes@unesp.br

Resumo

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa que foi desenvolvida no âmbito do Grupo "Trabalho Docente, suas relações com o universo escolar e a sociedade". O objetivo consistiu em analisar as especificidades da jornada de trabalho dos(as) professores(as) em início de carreira atuantes na educação infantil e anos iniciais em uma rede municipal de ensino. Tratou-se de uma pesquisa cujos procedimentos metodológicos foram o estudo documental e o questionário com questões abertas e fechadas. Quanto aos documentos, foram analisados, dentre outros: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 11.738/2008 – Lei do Piso; Res. CNE nº2/2009; Lei nº 13.005/2014 e Estatuto do Magistério de Lençóis Paulista. No trabalho docente a jornada é um dos aspectos mais complexos, não podendo ser quantificada apenas pelas horas de permanência em sala de aula, já que envolve uma multiplicidade de tarefas que ultrapassam o tempo formal de trabalho e invadem a vida privada dos(as) professores(as). Para Duarte (2011) é um tipo de trabalho que tem uma jornada extensa – por ultrapassar as horas regulares de contrato – e intensa – por exigir elevado esforço cognitivo e emocional na atividade de ensino. Barbosa (2011), na mesma direção, afirma que os(as) docentes realizam atividades essenciais ao processo de ensino-aprendizagem sem o devido reconhecimento ou remuneração. Na docência, o tempo de trabalho excede o tempo de ensino (Sousa, 2008) e, muitas vezes, invade a vida pessoal. No caso de iniciantes, a extensão do tempo de trabalho costuma ser ainda maior, já que, diante de novas atribuições, precisam dispendir maior quantidade de horas para a realização de suas atividades em comparação a docentes experientes (Guarnieri, 2015). Entretanto, a jornada de trabalho de professores(as)



iniciantes ou experientes não apresenta distinção em termos de horas, ignorando-se as especificidades e exigências dessa etapa da carreira. Na rede pesquisada, a jornada de trabalho docente está de acordo com a Lei do Piso, que prevê horas destinadas à docência em sala e horas para planejamento, preparação e formação. Apesar disso, a análise empírica evidenciou contradições entre a regulamentação formal e as condições efetivas de trabalho. Com o avanço do neoliberalismo e a adoção da Nova Gestão Pública (NGP), princípios do setor privado avançaram na educação, especialmente com a questão da eficiência e cobrança de metas em detrimento dos processos pedagógicos. Diante desse cenário, surgiram novas formas de organização e contratação, conforme expressam as respostas dos(as) 33 professores(as) em início de carreira, cujas condições de trabalho têm as marcas da instabilidade, flexibilidade e frágil autonomia docente. Embora estivessem nos primeiros anos da carreira – até 5 anos – os(as) respondentes já haviam transitado por diferentes escolas e etapas de ensino: 49% dos(as) atuaram em outras etapas em relação àquela em que haviam iniciado a docência, e 58% já tinha mudado de escolas no âmbito da rede municipal. Uma importante condição para a realização satisfatória da docência é o vínculo com a comunidade e com a própria cultura escolar, o que exige tempo de permanência no mesmo lugar ou grupo. Apesar dos(as) professores(as) iniciantes serem responsáveis por uma turma e não por aulas em substituição diária, apenas 36% possuía vínculo efetivo decorrente de concurso público, enquanto a maioria, 64%, atuava sob o regime temporário. A predominância desse tipo de contrato reflete a lógica neoliberal, que promove a flexibilização das relações de trabalho com uma lógica de mercado, a precarização das carreiras docentes e a fragilização de direitos assegurados aos concursados, além disso, impossibilita a fixação em uma comunidade escolar, dificultando o engajamento, o conhecimento da rotina e o estabelecimento de vínculos pedagógicos consistentes. Para Barbosa (2011), a ampliação desse tipo de contratação nas redes públicas decorreu, inicialmente, da demanda por vagas escolares, no entanto, o que deveria ser uma medida emergencial para suprir carências pontuais se transformou em prática permanente no setor público. Outro dado relevante diz respeito à percepção do tempo de trabalho. Os(as) professores(as) relatam a sobreposição entre o tempo de ensino e o tempo de trabalho, que frequentemente se estende para além da jornada formal, num tempo insuficiente, com atividades que invadem a vida privada. Foi recorrente a culpabilização individual diante da impossibilidade de cumprir as demandas do trabalho,



indicando que os(as) docentes internalizavam como fracasso pessoal aquilo que é, na verdade, fruto de uma estrutura e de um trabalho complexo que os sobrecarrega. Os(as) professores relataram participar de formações presenciais e remotas vinculadas aos programas “Aprende Brasil”, “Parceiros da Educação” e “Sesi PCMAT”, todos ligados a grupos privados e contratadas pela Rede Municipal com recursos públicos. As formações padronizadas e oferecidas sob a forma de “pacotes” não atendiam as necessidades específicas dos(as) professores(as) iniciantes. Embora a rede municipal atendesse às exigências legais quanto à jornada, não havia políticas específicas de acompanhamento e condições diferenciadas de trabalho para professores(as) em início de carreira. Os desafios enfrentados não dizem respeito apenas à ausência de experiência desse grupo, mas à forma como o sistema educacional os inseria no mundo do trabalho: sem estabilidade, com tempo reduzido de formação e com uma carga de tarefas que ultrapassa os limites do corpo e da mente, comprometendo não apenas os sujeitos que atuam na educação, mas também a própria possibilidade de uma escola pública democrática, crítica e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Trabalho docente; jornada de trabalho; professor iniciante.

BARBOSA, Andreza. **Os salários dos professores brasileiros:** implicações para o trabalho docente. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

DUARTE, Adriana. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In. OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. **Políticas Públicas e Educação:** regulação e conhecimento. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

GUARNIERI, M. R. Permanências e novos desafios da formação inicial: contribuição da didática e práticas de ensino na preparação de professores. In: MARIN, A. J.; PIMENTA, S. G. (orgs.). **Didática:** Teoria e prática. Araraquara: Junqueira&Marin, 2015.

SOUZA, Aparecida Neri de. Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França. In: SEMINARIO DE LA RED DE ESTUDIOS SOBRE TRABAJO 94 DOCENTE, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Red Estrado, 2008. 1 CD-ROM